

A AVENTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EM 2012, TEREMOS UM NOVO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA FGV-EAESP. DESDE 1970 A EAESP VEM CONTRIBUINDO COM A PREPARAÇÃO DE GERAÇÕES DE PROFISSIONAIS SINTONIZADOS COM AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E COM OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA GESTÃO PÚBLICA

 LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, professor emérito da FGV-EAESP, luis.bresser@fgv.br

Para mim, a vida é uma sucessão de lutas ou de aventuras, e a Administração Pública da EAESP foi uma delas. Vou resumi-la nestas páginas.

Em 1970, a decisão de estabelecer o curso de graduação em Administração Pública na EAESP partiu do presidente da FGV, Luiz Simões Lopes, depois de negociação com o governo do Estado de São Paulo. Os professores da Escola foram então chamados a planejar o curso, e o criaram muito parecido com seu bem-sucedido congênere em Administração de Empresas.

Já o início da pós-graduação em Administração Pública, cerca de 10 anos depois, foi uma iniciativa local da EAESP e ocorreu de uma forma curiosa: por meio da criação de um mestrado em Administração e Planejamento Urbano. A oportunidade surgiu da existência de um grupo de competentes planejadores urbanos originários da Faculdade de Arquitetura

e Urbanismo da USP, que tinham afinidades com os cientistas sociais da casa e se interessaram por participar da criação de um curso voltado à gestão das cidades. E as afinidades desses urbanistas eram também comigo, uma vez que, embora já houvesse saído do Departamento de Ciências Sociais para fundar o Departamento de Economia, continuava muito interessado no estudo da teoria política e do Estado.

Fui professor do novo curso e acabei orientando as dissertações de mestrado de excelentes alunos que depois se tornaram proeminentes administradores públicos. Três em particular – Ângela Santana, Claudia Costin e Evelyn Levy – tiveram um papel importante na Reforma Gerencial do Estado de 1995.

A CARREIRA DE GESTOR. Conversas mantidas então com meus colegas deixavam claro que a principal causa da falta de candidatos para os cursos universitários em Administração Pública era o fato de o Estado brasileiro não ter carreira de gestores públicos e não exigir em seus concursos públicos conhecimentos específicos sobre gestão pública, seja nos níveis federal, estadual ou municipal. O Estado subsidiava o nosso curso de graduação porque precisava de gestores, mas não fazia concursos para carreiras que pagassem salário competitivo com aqueles pagos pelo setor privado.

Por essa razão, em 1986, como Secretário do Governo André Franco Montoro, apresentei à Assembleia Legislativa de São Paulo um projeto de lei criando a carreira de gestor. Mas só consegui definir um bom texto para o projeto no último semestre do governo, e não logramos aprová-lo no parlamento estadual. Vários anos depois, quando fui ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), verifiquei

que, desde 1989, existia uma carreira de gestores em nível federal, e não tive dúvida em prestigiá-la e retomar os concursos. Meu objetivo principal, naturalmente, era o de fortalecer o aparelho do Estado – administrado por profissionais competentes – para torná-lo capaz e eficiente. Com a programação de concursos anuais para gestores e para as demais carreiras de Estado (algo que instituí no MARE e desde então é praticado), eu lograva um ganho adicional: estabelecer um vínculo entre a demanda do Estado por gestores e outros profissionais de nível superior e a oferta de cursos, principalmente de Administração Pública, pelo sistema universitário. Queria que os jovens universitários já começassem a planejar sua carreira pública enquanto estudavam.

Em abril de 1987, no quadro de uma crise sem precedentes provocada pelo colapso do Plano Cruzado, eu assumi o Ministério da Fazenda. Consegui contornar a crise aguda, mas o plano que recebeu meu nome não logrou controlar a alta inflação. Na certeza de que não havia, naquele momento, condições políticas para que um novo plano fosse implementado, pedi demissão e voltei para a vida acadêmica na GV. A EAESP então, convidou-me para presidir uma comissão que revisse amplamente o curso de pós-graduação em

 **PRECEDIDA POR UM CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO, A PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA EAESP FOI CRIADA EM 1980**

Administração Pública. Além da área de concentração em planejamento urbano, o programa contava, já há algum tempo, com uma área de Finanças Públicas. Entretanto, não tinha sequer uma área que tratasse propriamente da Administração Pública. A comissão apresentou, então, uma proposta que modificava amplamente o programa, e, no ano seguinte, uma segunda comissão, também por mim presidida, foi constituída para que pudéssemos detalhar melhor o projeto e discuti-lo com os demais professores.

A reforma do programa foi completa. Seu nome foi mudado para o hoje existente – Administração Pública e Governo, salientando-se assim seu foco no Estado e na maneira de governá-lo. Foi criado um conjunto de disciplinas obrigatórias que incluía teoria política, Administração Pública, economia do setor público, direito administrativo e metodologia de pesquisa. A concentração em Planejamento Urbano foi extinta; conservou-se a de Finanças Públicas, e foram criadas duas novas áreas de concentração ou linhas de pesquisa que até hoje são centrais ao programa: Transformações do Estado e Políticas Públicas, e Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional.

UM NOVO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTÁ PRESTES A SER INICIADO. A PRIMEIRA TURMA COMEÇA EM 2012

UMA FILOSOFIA MODERNA PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. O curso assumia, assim, o formato de um verdadeiro programa pós-graduado em Ciência Política e Administração Pública. Mais tarde, haveria a diminuição do número de disciplinas obrigatórias e o aumento das metodológicas, a fim de torná-lo mais “acadêmico”, ignorando que os mestrados, principalmente em administração, jamais são muito acadêmicos; apenas o doutorado o é. Por outro lado, faltava ao programa uma filosofia específica e moderna para a Administração Pública. Em meados dos anos 1990, a EAESP e o Brasil ainda estavam no tempo da administração burocrática. A reforma burocrática havia sido um grande progresso nos anos 1930, adequada para um pequeno Estado autoritário e supostamente liberal, e a FGV fora criada, em 1944, com o objetivo de formar quadros para esse Estado. Mas agora, depois da transição democrática e do grande crescimento dos serviços sociais e científicos do Estado, essa reforma estava esgotada, necessitando urgentemente ser atualizada e complementada pelos princípios da Reforma Gerencial.

A resposta a essa demanda surgiu com o convite que o presidente Fernando Henrique Cardoso me fez para dirigir o MARE. Desde 1985, os brasileiros estavam empenhados na construção de um Estado social, que reduzisse as profundas desigualdades do país. Ficava claro, durante a luta pela democracia, que não bastava mudar do Estado autoritário para o democrático; era preciso também passar de um Estado liberal, que apenas garante os direitos civis, para um Estado social, que garante os direitos à educação, aos cuidados de saúde, à assistência social, nos casos de pobreza e miséria, e a uma velhice dig-



na. Esse diagnóstico e esse compromisso tornaram-se consensuais, e por isso os governos democráticos se empenharam em aumentar os gastos sociais do Estado. Em 1995, esses gastos caminhavam para o dobro do que eram em 1985.

Ora, para fazer frente ao desafio de administrar um aparelho de Estado muito maior, era necessário que, além de profissional, a Administração Pública fosse gerencial. Que, além de efetiva em aplicar a lei, fosse também eficiente. O MARE nasceu com esse desafio. Seus quatro anos de existência (1995-1998) foram os da formulação e início da implementação da Reforma Gerencial do Estado. E, afinal, serviram para dar à EAESP a filosofia da Administração Pública que lhe faltava. O MARE era um ministério pequeno, mas contou com uma extraordinária equipe que logrou desenvolver uma nova visão do Estado, de sua organização e da forma pela qual deve ser gerido. De acordo com essa visão, não basta que o Estado seja democrático e voltado para o desenvolvimento e para a equidade; é preciso que seja também capaz. Não basta que sua organização seja profissional e efetiva; é preciso que seja descentralizada e eficiente. Não basta que os regulamentos sejam seguidos; mais importante é que os objetivos sejam contratados e alcançados. Não basta auditar as ações do Estado; é preciso que essas ações e seus gestores sejam responsabilizados perante a sociedade. Essas ideias, que foram do MARE, tornaram-se também do grupo de professores que orientava o mestrado e o doutorado em Administração Pública e Governo da EAESP.

INICIATIVAS RECENTES. Em 2008, a EAESP assumiu um projeto que eu defendia há tempo: o da criação de um curso de mestrado profissional em Gestão

Pública. Muitos duvidavam de que o curso vingasse, porque faltariam alunos. Mas se enganavam: o curso é um sucesso, estabelecendo um novo padrão para os mestrados profissionais da EAESP. Atualmente, temos debatido, no programa de Administração Pública e Governo, os desafios que o curso enfrenta, entre os quais o perigo do academicismo que ronda os programas de mestrado brasileiros.

Em 2009, a presidência da FGV tomou uma decisão que há muito se fazia necessária: criou na EAESP o Departamento de Gestão Pública. Em sua primeira reunião, depois de ouvirmos do coordenador dos cursos de graduação da Escola algo que todos sabíamos – que o curso de graduação em Administração Pública que ele coordenava em conjunto com o de Administração de Empresas não se diferenciava suficientemente desse último e que, no vestibular conjunto, funcionava como segunda escolha – propôs-se de pronto que fosse criado um curso novo e totalmente desvinculado da administração de empresas. A proposta foi aceita pela direção da EAESP, e o departamento dedicou ao planejamento um enorme esforço intelectual. A primeira turma de alunos deverá inaugurar o curso no primeiro semestre de 2012.

A área de Administração Pública e o Departamento de Gestão Pública da FGV de São Paulo estão, portanto, em plena evolução. Têm um curso de graduação novo em folha, um mestrado profissional bem-sucedido, e um mestrado e doutorado acadêmico da melhor qualidade. Os programas são muito bons, mas melhor ainda é a qualidade dos seus alunos. A Fundação Getúlio Vargas continua a atrair uma elite de estudantes, porque está sempre se renovando para atender às suas necessidades. ■